

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Informática - Cin

**Projeto Conceitual de um Banco de Dados para Gerenciamento de
um Sistema Político**

Equipe:

Emanoel Rafael Melo Ferreira da Silva

Marcelo Cristian da Silva Brito

Matheus Ribeiro Brant Nobre

Recife - PE
2022

Minimundo

- O **eleitor** (nome, endereço, título de eleitor) vota (Registro) para vários **políticos** (nome, partido, estado, título, cargo), onde esses políticos podem ser divididos em dois grupos, **executivo** e **legislativo** (que podem ter várias participações em grupos internos).
- Todo voto precisa ser registrado para verificação posterior.
- O eleitor pode votar ou anular o voto, não votando em político algum, e o político pode receber vários votos ou nenhum.
- O político do poder executivo, tem a função de escolher os **ministros** (CPE, data de nascimento) , que são responsáveis por administrar os **ministérios** (Nome, Verba, Sigla). O político do poder executivo também pode ocasionalmente escolher um **ministros do STF** (CPE, Títulos (data, grau, descrição)), que precisam ser aprovados no legislativo e fazem parte do poder **judiciário** do governo.
- Cada ministério tem várias **secretarias** (Sigla, Nome), que são identificadas por meio do ministério às quais pertencem.
- Os políticos do legislativo podem presidir grupos internos do congresso nacional. Sendo que cada grupo tem um presidente e vários membros, todos (tanto o presidente quanto os membros) do legislativo .
- Para uma lei ser criada, o primeiro passo é a criação de um **projeto de lei** (Número, Ano, Autor), que pode ser proposto pelos políticos eleitos.
- O primeiro passo para que um projeto de lei seja publicado é a tramitação no congresso, é dever do legislativo decidir se o projeto de lei é válido ou não.
- Caso passe pelo congresso, o projeto de lei deve ser sancionado ou vetado pelo executivo, caso seja sancionado, o projeto de lei pode ser publicado se tornando assim uma **lei efetiva** (Data de publicação, Autor, Número).
- Os ministros do STF participam do poder judiciário (cargo, nome, CPE), que utilizam-se das leis para o exercício da justiça no país.